



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido Operário Revolucionário

**Membro do Comitê de Enlace pela
Reconstrução da IV Internacional**

Nº 28/2026 – 6 de outubro de 2026

@massas.por - www.pormassas.org



6ª Carta do Partido Operário Revolucionário (POR) à classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida

Motivos da vitória de Flávio Bolsonaro no 1º turno

Lula poderá ser derrotado no 2º turno

**Retorno do bolsonarismo ao poder do Estado potencializará
ainda mais a crise política**

**Que as centrais, sindicatos e movimentos populares
preparem desde já a resistência**

**A vanguarda com consciência de classe deve trabalhar pela
independência de classe do proletariado e da maioria oprimida**

Era esperado um segundo turno polarizado entre Lula e Flávio Bolsonaro. As demais candidaturas dos partidos da ordem capitalista se mostraram prematuramente fracassadas. O que não se esperava era que o candidato indicado por Bolsonaro desde a prisão domiciliar pudesse tomar a frente no primeiro turno. A probabilidade de Lula ser derrotado no segundo turno, caso ganhasse por uma pequena margem de votos no primeiro turno, não era descabida. O cálculo dessa possível derrota estava em que Flávio poderia contar com os eleitores dos candidatos da direita que ficassem para trás. Essa probabilidade assombrava o PT e Lula.

O fato do campo da ultradireita e direita terem se dividido favorecia a candidatura petista. A divergência no seio da família Bolsonaro com o voluptuoso descontentamento da madrastra Michelle pareceu ser um fator de instabilidade na indicação do enteado Flávio. Setores da burguesia contrários ao governo Lula pretendiam uma candidatura de centro-direita, cujo melhor representante poderia ser o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Bolsonaro manteve a indicação de seu filho, sabendo que sua condenação pela tentativa de golpe de Estado e prisão não haviam abalado seu carisma religioso entre as massas.

Uma contribuição decisiva foi dada por Trump, que procurou evitar a penação do chefe da ultradireita brasileira. A melhor forma que o imperialismo estadunidense encontrou no momento foi a aplicação da Lei Magnitsky contra o relator do processo no Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, e o acirramento da guerra comercial contra o Brasil. O acolhimento pela Casa Branca de Eduardo Bolsonaro e a liberdade que lhe foi dada para atacar o governo Lula evidenciaram o total desprezo do governo norte-americano pelas instituições do Estado brasileiro.

A descarada defesa de Trump do ultradireitista e golpista Jair Bolsonaro, sem dúvida, deu força à candidatura de Flávio. Mas o fator primordial e decisivo esteve e está em que a condenação e prisão de Bolsonaro não o afastaram de sua vasta influência política sobre uma ampla camada da população. Nesse terreno social, a maior parte das igrejas evan-

géticas agiu sob a perspectiva de manter sua ascendência política por meio do Partido Liberal (PL). Essa ferrenha disposição confluiu com o ideário reacionário do agronegócio, em particular. Lula reclamou de tamanho apoio da burguesia agrária ao Flávio, justamente a mais protegida por seu governo diante da guerra comercial dos Estados Unidos com a China, respondendo sobretudo ao tarifaço com subsídios.

Uma enorme camada popular presa ao obscurantismo religioso - que abarca um leque de valores arcaicos alimentados pela dominação de classe, subordinada aos aparatos ideológicos penetrados fundo nas relações familiares, que se valem das dores da pobreza e miséria da maioria oprimida - foi arrastada para a crença de que na política da ultradireita se encontra um futuro melhor. Ficou evidente, por outro lado, que houve um apoio generalizado do grande capital à volta do bolsonarismo, cuja identidade passou a ser marcada pela aberta subordinação ao trumpismo.

A maior probabilidade em 25 de outubro é a de Flávio confirmar a sua vitória. Os partidos que lançaram candidatos de direita correram a declarar apoio ao filho de Bolsonaro. É sintomática a declaração do chefe do MDB, Michel Temer, um golpista que se valeu de uma aliança com o PT no passado para, finalmente, conspirar junto à ultradireita pela defenestração de Dilma Rousseff por meio de um complô institucional. Mas a disputa continua acirrada, uma vez que a diferença é de pouco mais de 2 milhões de votos, 47,03% e 45,16%, respectivamente.

O surpreendente da ascensão de Flávio está em que a taxa de desemprego se encontra na casa de 5,4%. Lula reforçou os programas sociais. O reajuste do Bolsa-Família, nas vésperas da eleição, esteve sob a ótica do cálculo eleitoral. Respondeu ao endividamento e inadimplência de um grande contingente de endividados com os programas “Desenrola” e “Crédito do Trabalhador”. Mirou a juventude com o “Pé de Meia”. E procurou agradar uma camada de assalariados com a isenção do Imposto de Renda. Milhões de pobres e miseráveis dependem dos programas sociais para sobreviver. Os petistas apostaram alto na campanha do “fim da escala

6x1", que foi bloqueada pela aliança da ultradireita e direita no Congresso Nacional. Diante da guerra comercial de Trump, Lula saiu em defesa do capital nacional e se valeu da bandeira da soberania do Brasil. A reação contra a aplicação da Lei Magnitsky e a resistência à exigência dos Estados Unidos de considerar o narcotráfico como narcoterrorismo foram importantes manifestações políticas que acantonaram os bolsonaristas. Nesse momento, a candidatura de Lula parecia imbatível.

Os bolsonaristas, no entanto, prepararam o terreno para minar a dianteira do adversário. Recorreram à criação da CPMI do INSS. O escândalo de corrupção envolvia uma possível participação do filho de Lula. Aí se travou um embate político entre o governo e a oposição. No final, o relatório foi rejeitado, favorecendo a posição governista. Mas, o mal já estava feito. Lula foi pressionado a responder à denúncia com o palavreado de investigação e punição dos responsáveis. Sobreveio um novo escândalo, mais amplo e contundente: a quebra do Banco Master e a exposição das falcaturas, envolvendo altas autoridades do Congresso Nacional, do Judiciário, do Banco Central e do mundo empresarial. As influentes organizações dos capitalistas vieram a campo declarando alinhamento aos bolsonaristas do STF.

O processo eleitoral seria irremediavelmente contaminado. Logo de início, veio a revelação de que Flávio estava comprometido com o banqueiro Vercaro, que financiava o filme publicitário sobre a vida de Bolsonaro. O governo não ficaria ileso: o líder do governo no Senado, Jaques Wagner, um petista histórico, também era uma das peças do esquema Vercaro. Jaques Wagner renunciou ao cargo, mas contou com a proteção de Lula e do PT. Essa mancha aos olhos da população se confundia com a do bolsonarista. Lula, portanto, arcava não só com as suspeitas sobre seu filho como com a demonstração incontestável do envolvimento de seu líder de governo.

A explosividade do caso Master emergiu no interior do STF. Expôs a divisão política que tomava forma contundente no processo eleitoral, abrindo as vísceras e evidenciando a decomposição da democracia oligárquica. Os vazamentos de informações do inquérito da Polícia Federal e o seu uso pelos agentes do aparato institucional voltado a influenciar eleitoralmente a população recaíram pesadamente sobre o governo Lula. Em 15 de setembro, a sessão do STF, convocada para decidir sobre a abertura de um inquérito contra Alexandre de Moraes, se desbordou em uma crise política e institucional sem precedentes desde o fim da ditadura militar. Não só Moraes, mas também os ministros do STF e do TSE, Dias Toffoli, Luiz Fux, André Mendonça, respectivamente, e Kássio Nunes, se entranharam na teia da corrupção de Vercaro.

Essa erupção aos olhos da classe média aparentou maior do que as denúncias que envolveram Flávio. Essa classe influencia camadas da classe operária e dos demais assalariados empobrecidos. É como se os crimes de Moraes fossem maiores que os de Mendonça, Fux e Nunes – tríade que se armou contra a candidatura de Lula. Gilmar Mendes e Flávio Dino conseguiram adiar o processo contra Moraes e colocar politicamente o quadro mais geral do comprometimento de altas autoridades com o banqueiro. No entanto, não conseguiram evitar que o bolsonarismo deixasse para trás e marginalizasse a sua podridão, podendo assim ficar com as mãos livres para bombardear a candidatura de Lula.

No quadro da disputa cheia de mentiras e falsificações de ambos os lados, um fator que acabou pesando a favor da mediocridade da candidatura de Flávio se encontra nas condições de vida da maioria oprimida. O assistencialismo nacional-reformista explica os 53.876.617 de votos em Lula. Mas a votação superior recebida por Flávio reflete a situação

contraditória do baixo desemprego e da elevadíssima informalidade. É significativa a parcela de pobres e miseráveis que foi arrastada por detrás do candidato bolsonarista. Os aparatos da ultradireita, entre eles as igrejas evangélicas, manejam o obscurantismo apoiados nas condições de carência e de atraso político dos oprimidos.

O longo período de governabilidade petista demonstrou que o assistencialismo não passa de um remendo às consequências da brutal exploração do trabalho, dos baixos salários, do desemprego e da informalidade. Os bolsonaristas, cinicamente, se utilizaram da questão da criminalidade e da segurança pública para responsabilizar o governo Lula, como se não fosse um fenômeno antigo e estrutural do capitalismo em decomposição.

A política de colaboração de classes das direções sindicais e dos movimentos populares reforçou o afastamento de uma importante parcela dos explorados que não viu como confiar em suas próprias organizações. No fundo, o nacional-reformismo se desmoralizou devido à incapacidade de responder consequentemente à crise estrutural do capitalismo.

Os grandes proprietários e as poderosas organizações patronais acionaram os meios de propaganda para condenar a política econômica de Lula por ser o maior responsável pelo agigantamento da dívida pública, pelas altas taxas de juros, pela elevação dos preços dos produtos de primeira necessidade e pelo endividamento de uma importante fração dos assalariados. O contingente das massas que votou no bolsonarismo não tem a menor ideia do que o espera. O futuro brilhante inventado pela candidatura de Flávio oculta os objetivos ditados pelo grande capital, pelos parasitas da dívida pública e, em especial, pelo imperialismo norte-americano.

Caso Lula consiga reverter o curso da derrota, dará continuidade a um governo muito mais dependente ainda do Congresso Nacional, das Assembleias Estaduais e dos governadores bolsonaristas ou alinhados a essa facção ultradireita. O PL não somente poderá ocupar novamente a cadeira da presidência como também influenciar decisivamente o Congresso Nacional. Tudo indica que virá o indulto do ex-presidente Bolsonaro e uma ofensiva para subjugar o STF. Esse caminho agravará mais ainda a crise da democracia oligárquica. Nenhuma variante de governabilidade burguesa tem como se apoiar nas massas para combater o poder do grande capital e do imperialismo.

O Partido Operário Revolucionário em suas Cartas trilhou o caminho da luta pela independência de classe do proletariado e da maioria oprimida diante de todas formas e expressões da política burguesa. Guiou-se pela demonstração de que o capitalismo avança em sua decomposição, sem que possa ser reformado. Das condições objetivas econômicas e sociais, emerge o programa da revolução socialista. O problema está na crise de direção, cuja abrangência é internacional. Na quinta Carta, o POR expôs o programa a ser defendido pelos explorados em contraposição às falsificações de todas as candidaturas burguesas. Defendeu na contracorrente do eleitoralismo o voto nulo, não como um fim em si mesmo, mas como uma manifestação política de defesa da independência e do programa próprio dos trabalhadores.

Agora, chama a classe operária, os demais explorados e a juventude oprimida a se preparem para combater a retomada do governo pelo bolsonarismo ou o continuísmo do governo fracassado e esgotado de Lula. O POR mantém o voto nulo, convencido de que essa é a expressão política capaz de progredir na tarefa de emancipação programática dos explorados. A 6ª Carta reforça a necessidade da vanguarda com consciência de classe de fortalecer o POR como seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).